



IDeIAS

Informação sobre *Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*

OS IMAGINÁRIOS DOS 'INTERMEDIÁRIOS' À VOLTA DA COVID-19 EM MOÇAMBIQUE¹

Lúcio Posse e Egídio Chaimite²

Desde que os primeiros casos da COVID-19 foram diagnosticados na China, os moçambicanos se mostraram preocupados com a possibilidade de a mesma chegar ao país, pois há uma grande circulação de pessoas entre os dois países, sobretudo para fins comerciais. De um lado, estão os moçambicanos (e indivíduos de outras nacionalidades, mas que residem em Moçambique) que vão à procura de produtos de fabrico chinês para vender no mercado nacional e, do outro, os chineses que vem à Moçambique à procura de matérias-primas para as suas indústrias, ou mesmo de outras oportunidades de negócio. De facto, o vírus chegou a Moçambique em Março de 2020, cerca de 3 meses depois da sua eclosão na China. Mas, contrariamente à preocupação inicial dos moçambicanos, os primeiros casos tiveram origem em viagens à Inglaterra e África de Sul, efectuadas, respectivamente, por um dirigente político moçambicano e por uma cidadã sul-africana residente em Moçambique. Estes factos evidenciam, de imediato, a importância do eixo 'Norte-Sul', bem como de "Moçambique-África do Sul", na contaminação por este vírus, para além do eixo 'Leste-Oeste'. Entretanto, estes casos e o surgimento de novos causaram alguma agitação e tensão, quer entre as autoridades moçambicanas como no seio da população de uma forma geral, aspectos que, aqui, analisamos no contexto do que Ulrich Beck (2011) designou por "risco subjectivo". Segundo o autor, "risco subjectivo" emerge nas sociedades modernas em resultado das percepções que os indivíduos constroem – com base nas suas vivências, culturas, emoções, interesses políticos e/ou económicos, crenças – sobre os fenómenos que consideram representar perigo para si como também para as sociedades.

O texto recorre à um conjunto de entrevistas efectuadas com 13 intermediários³ em duas povoações do distrito de Moatize (Cateme-Sede e Mualadzi),

em Tete, e dois bairros da cidade de Nampula (Namicopo e Nkhanloka). São, portanto, relatos de contextos rurais e urbanos, produzidos no âmbito de um projecto amplo, designado "Governance at the Margins", coordenado pelo Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS), da Universidade de Sussex, na Inglaterra⁴.

Os Imaginários à volta da COVID-19 em contextos urbanos e rurais

Em conversa com os intermediários, tanto em contextos urbanos como rurais, da cidade de Nampula e do distrito de Moatize, é possível identificar as seguintes fontes de informação das populações sobre a COVID-19: rádio, televisão, amigos, vizinhos, familiares, autoridades locais, com destaque para as rádios, que os nossos entrevistados indicam como suas principais fontes. Mas o interessante é constatar que as informações, bem como as medidas implementadas no âmbito do Decreto Presidencial Nr 11/2020, de 31 de Março, que introduziu o Estado de Emergência no país, têm sido reinterpretadas com base nas vivências, crenças e contexto/situação económica dos intermediários e dos demais membros da sua comunidade. Neste sentido, percebe-se que alguns entrevistados consideraram que a COVID-19: (i) é uma invenção do governo de Moçambique, e que, na prática, não existe; (ii) para os que reconhecem a sua existência, a COVID-19 é uma doença de países subdesenvolvidos e, conseqüentemente, não pode ter como origem um país desenvolvido, que, para eles, é o caso da China; (iii) a prioridade é o combate à fome que, segundo relatam, tem se mostrado um risco mais realista, presente e perigoso que a COVID-19; (iv) alguns acusam determinados grupos com referência às regiões de serem os responsáveis pela propagação do vírus, sobretudo em Nampula.

Estas interpretações em torno da COVID-19 remetem à ideia do risco na sua dimensão subjectiva na medida em que as mesmas são enformadas por percepções relacionadas com as más experiências dos entrevistados na sua relação com as instituições do Estado, com as questões socioeconómicas caracterizadas por pobreza que os faz priorizar o combate à fome por se mostrar mais real (mortal) e presente nas suas vidas que a COVID-19 que se parece mais uma invenção e distante (por ainda se observar em contextos distantes dos seus), e, a dicotomia entre "nós", as vítimas, e os "outros", estrangeiros e causadores dos males.

A COVID-19 e a desconfiança

Em relação à ideia de que a COVID-19 é uma invenção do governo de Moçambique, as entrevistas mostram que esta percepção assenta na ideia de que o governo nunca apresenta a identidade dos indivíduos infectados pelo vírus, incluindo os que perdem a vida, limitando-se a fazer o informe geral do estágio da doença no país, como se pode perceber a partir dos excertos que se seguem:

"Hoje estava a conversar com algumas pessoas, elas não acreditam que [a doença] existe, porque o governo não mostra as pessoas infectadas, acham que é uma doença de brincadeira [no sentido de inventada]" (Intermediário de Mualadzi, 31 de Maio de 2020).

Ou ainda, como afirma outra intermediária,

"Estão a dizer que no hospital central de Maputo já tem 80 [casos positivos] e já recuperam 30, [o que significa que] ficaram 50 [casos activos]. [Mas] só estão a falar na boca [no sentido de que não mostram as evidências]. Por que não mostram na televisão, como fazem nos outros países? É para nós vermos também

¹ Este IDeIAS é uma adaptação de um texto preparado para ser publicado, em Inglês, em formato de blog, no Instituto de Estudos de Desenvolvimento, da Universidade de Sussex, na Inglaterra.

² Agradecemos ao Alex Shankland pelos comentários e aos assistentes de investigação (Andissene Andissene, Gerson Selema, Muaziza Omar e Zildo Tamele) pela recolha de informação que permitiu a redacção do presente texto.

³ Por intermediário deve ser entendido como quem se destaca por possibilitar (se não mesmo garantir) a comunicação entre os membros da comunidade e as diferentes entidades desde públicas a privadas, incluindo as empresas e as organizações sem fins lucrativos. E eles podem ser líderes nas suas diferentes facetas, tais como, comunitário, religioso, secretário de bairro, tradicionais ou indivíduos influentes na comunidade devido ao prestígio ou outros capitais intrínsecos a relação que os mesmos têm com a comunidade.

⁴ Mais detalhes sobre este projecto, ver <http://www.ids.ac.uk/A4EA>.

como nos outros países” (Intermediária de Namicopo, Nampula, 03 de Junho de 2020).

Esta descrença dos entrevistados pode ser reflexo da frágil relação entre o Estado e o cidadão, historicamente marcada por um relativo distanciamento, para além da falta de transparência e fraca prestação de contas.

Ainda sobre a desconfiança, existe a percepção, entre os intermediários, de que a doença não pode ter a China como país de origem porque, para eles, a China é um país desenvolvido, e, explicam, doenças deste tipo – desconhecidas e perigosas – são característica de países pobres e em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique. O extracto que se segue é ilustrativo: “sei que [dizem que] veio da China, mas tenho dúvidas porque China é muito desenvolvido, e tem capacidade para desenvolver medicamentos” (Intermediário de Mualadzi, Tete, 29 de Maio de 2020).

Um aspecto interessante a salientar, é que o último excerto deixa transparecer que, no imaginário daquele intermediário de Tete, as coisas más, como o caso de pandemias, só acontecem em países sub-desenvolvidos, estes últimos, portanto, amaldiçoados, contrariamente aos desenvolvidos, mais afortunados.

A COVID-19 e a pobreza: das duas, uma

Os entrevistados tendem a priorizar o combate à fome no lugar da adopção das medidas de prevenção. Ou por outras palavras, tem-se observado que os entrevistados não têm seguido as medidas de prevenção porque, segundo eles, a fome tem-se mostrado mais real – isto é, mortífera – e presente nas suas vidas em comparação com a COVID-19 que consideram mais distante, e até uma possível invenção do governo, como se pode ler nos três excertos abaixo. No primeiro, percebe-se que as pessoas têm informação, mas não têm dinheiro para investir, por exemplo, na aquisição de máscaras, que as autoridades da saúde alegam ser cruciais para a prevenção da propagação da COVID-19: “sim temos [informação sobre a COVID-19] [mas] quando falamos de máscaras as pessoas dizem que não têm dinheiro para comprar” (Intermediária de Cateme Sede, Tete, 26 de maio de 2020).

E no segundo excerto, pode-se perceber que as pessoas, quando conseguem algum dinheiro têm priorizado a compra de alimentos, em detrimento da prevenção contra a COVID-19, como se refere o intermediário que se segue:

“[As pessoas] não têm mesmo [dinheiro], não porque não querem [se prevenir]. Querem, mas não têm como; vejamos, por exemplo, uma

pessoa que não trabalha, mesmo que consiga batalhar, vendendo lenha ou capim, e consegue 30 Meticais, este valor vai [para a compra de] farinha, para sustentar os seus filhos. Essa pessoa não tem como levar o dinheiro e comprar máscaras” (Intermediário de Nkhanloka, Nampula, 27 de Abril de 2020)

No terceiro trecho, percebe-se que a intermediária, mesmo mostrando ter conhecimento das medidas, como “lavar as mãos, pôr máscara, ficar em casa” (Intermediária de Namicopo, Nampula, 03 de Junho de 2020), se recusa a obedecê-las, principalmente a que se refere à “ficar em casa” porque, alega, coarctar a possibilidade de conseguir dinheiro para adquirir alimentos: “o que eu não aceito é não ir ao mercado, ir vender. É para os meus filhos, meus netos e eu morremos de fome? Eu não aceito!” (ibidem).

A COVID-19 e a busca por culpados

Por fim, percebe-se que, no imaginário de alguns intermediários, os riscos da propagação da COVID-19 estão directamente relacionados ao comportamento de alguns grupos de certas regiões de Nampula porque, como se refere um dos intermediários, esses grupos são, por natureza, desobedientes, no sentido de, deliberadamente, não cumprirem com as medidas de prevenção da doença decretadas no âmbito do Estado de Emergência. Como se percebe no excerto, a seguir:

“Olha, a maior parte [...] que não quer cumprir essas coisas [as medidas de prevenção], são essas famílias do litoral; a partir de Distrito de Monapo, Nacala, Ilha de Moçambique até essa via de Angoche. Essa gente tem um comportamento difícil que a melhor forma de resolver é capturar e dar ordem [punir]. Por exemplo, ali, uns tem [máscara], mas no bolso, e não querem usar, enquanto estão ali, onde tem movimento [aglomeração]” (Intermediário, Namicopo, 27 de Abril de 2020.)

Este estereótipo regional associado à COVID-19 deixa a descoberto a existência de tensões entre os diferentes grupos em Nampula – à semelhança do que acontece em outros contextos de Moçambique – e que é manifestado pela culpabilização dos grupos estrangeiros, se destacando, de um lado, os do litoral, como, Ilha de Moçambique, Nacala e Angoche, e, do outro, os do interior, como os de Monapo, pelos problemas que os enfermam, neste caso a propagação do vírus entre os que se consideram originários do Distrito de Nampula.

O que dizer?

Com esta breve reflexão a partir dos dados preliminares do trabalho de campo em dois bairros urba-

nos (Namicopo, Nkhanloka, na cidade de Nampula) e dois rurais (Mualadzi e Cateme-Sede, no Distrito de Moatize), pode-se perceber que os discursos dos intermediários reflectem a ideia de “risco subjectivo” em torno da COVID-19 por serem caracterizados por percepções que (i) não acreditam na existência da doença, e para os casos em que se acredita, consideram que é uma doença típica de países pobres, daí não acreditarem que teve a sua origem num país desenvolvido, no caso, a China; (ii) as suas condições socioeconómicas, caracterizadas por pobreza, os fazem considerar a fome um perigo maior e presente quando comparado a COVID-19, por isso escolhem combater a fome no lugar do vírus – negligenciando desta forma as medidas de prevenção, além da (iii) da construção de estereótipos de identidade regional que culpabilizam determinados grupos pela propagação do vírus na cidade de Nampula. Assim, vale a pena questionar: será que estas percepções de risco, para além de enformar os discursos, também está a reconfigurar as práticas políticas, sociais e económicas nestes e outros contextos de Moçambique? Mais importante ainda: será que estas percepções têm enformado as atitudes e práticas dos indivíduos na sua relação com os outros grupos no contexto da COVID-19? São questões que merecem aprofundamento.

Referências

Beck, Ulrich (2011), Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo, Editora 34.